

# Congresso será ouvido sobre dívida

Teodomiro Braga

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor buscará apoio interno para seu ousado plano de renegociação da dívida externa, antes de iniciar as conversações com os bancos credores. A articulação passará por entendimentos reservados com lideranças políticas no Congresso. Essa inovação no tratamento do problema da dívida foi motivada pelo reconhecimento da dificuldade de concretização da proposta de acordo, que prevê o cancelamento de parte do débito. Sem contar com forte respaldo junto à opinião pública e ao Congresso, admitem os técnicos da área econômica, o governo não conseguirá vencer o embate com os bancos.

A negociação da dívida externa, principal desafio que o presidente Fernando Collor tem pela frente, só deverá ser consumada em 1991. Antes, o governo deverá concretizar acordos com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Clube de Paris, além da rever as relações com os organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Mesmo que desencadeadas neste ano, as negociações se arrastarão certamente até 1991.

**Sem pressa** — “O Brasil não tem pressa em iniciar as negociações com os bancos”, repetem os técnicos do Ministério da Economia envolvidos na estratégia. Um dos motivos dessa postura é a possibilidade de o país continuar postergando os pagamentos de juros aos bancos credores privados, interrompidos desde julho do ano passado. A prorrogação da moratória branca iniciada pelo ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega dá tempo ao governo para aumentar as reservas cambiais, de apenas US\$ 7 bilhões em 15 de março. Com a recomposição das reservas, os representantes do país se sentarão à mesa de negociações numa posição mais fortalecida. Nesses quase dois meses de administração Collor, as reservas já subiram cerca de US\$ 1,5 bilhão e a previsão é de que cheguem a US\$ 10 bilhões no início do próximo semestre.

A proposta brasileira está sendo elaborada a partir de um pressuposto básico, sobre o qual há consenso no governo: parte substancial da dívida de US\$ 115 bilhões não será

paga. A redução, segundo os técnicos, é a única forma de diminuir drasticamente o elevado gasto com pagamento de juros aos credores, apontado unanimemente como um dos fatores da crise econômica brasileira. “A questão é definir o percentual de redução das remessas e como chegar lá”, diz um dos técnicos. “Os bancos já sabem que não vão receber integralmente a dívida.”

A equipe da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ainda não determinou o teto para transferências de recursos ao exterior. Esse número, que balizará toda a proposta, depende do fechamento do novo orçamento fiscal do governo para este ano. Só depois de conhecer sua real situação financeira é que o governo definirá o seu “orçamento externo”. Não existe, portanto, nenhum compromisso com o valor de US\$ 5 bilhões, que desde a campanha eleitoral era anunciado como o limite endossado por Collor para os pagamentos aos credores.

O planejado crescimento das importações constitui outro parâmetro decisivo na definição das metas para o balanço de pagamentos. A ampliação das importações tem importância fundamental nos planos do governo para modernização das indústrias nacionais e o aumento da competitividade nos setores oligopolizados — e a derrubada dos preços. O aumento das importações implica, entretanto, redução no saldo comercial e, conseqüentemente, das disponibilidades de divisas para pagamentos de juros aos credores externos. “Isso exige um acordo com os credores que permita a redução do saldo comercial”, reitera Antônio Kandir, secretário de Política Econômica do Ministério da Economia.

**FMI** — Pelo cronograma inicial da ministra, a questão externa só entrará em cena em junho, com a apresentação de uma carta de intenções ao FMI, imprescindível para assinatura de um acordo *stand by*. Com envio de missão a Brasília para discutir as metas de controle do desempenho da economia brasileira, a negociação com o FMI será uma novela à parte, de três ou quatro meses. Depois virá o igualmente demorado ritual da tentativa de acordo com o Clube de Paris. Se prevalecer uma das opções em estudo, a etapa seguinte seria reservada à negociação com os japoneses, que condicionam a liberação dos

bilhões de dólares do chamado Plano Nakasone aos acordos com o FMI e o Clube de Paris. Só depois dessa limpeza de terreno, que também inclui a retomada dos empréstimos com o Banco Mundial e o BID, o governo iniciaria a batalha mais difícil na *front* externo: a renegociação com os bancos privados.

A preparação da proposta passa por cuidadosa análise dos diversos acordos de renegociação firmados por outros países. Especialmente o assinado no começo do ano passado pelo México, que foi saudado como o melhor já conseguido por um país devedor. Avaliações iniciais apontam o acordo como insuficiente por não ter resultado numa significativa redução das transferências de divisas do México ao exterior.

**Costa Rica** — Despertou mais interesse o acordo obtido pela Costa Rica, que inclui uma solução inédita para os juros em atraso, que correspondiam a quase 20% dos US\$ 8 milhões devidos pelo país. Foram pagos apenas 20%, e em três parcelas. Os outros 80% restantes foram transformados em bônus com 15 anos de vencimento. Acertar uma solução satisfatória em relação aos juros em atraso com bancos privados, que já passam de US\$ 5,2 bilhões, é um dos problemas mais delicados que desafiam a equipe comandada pela ministra Zélia Cardoso de Mello.

Também está sendo levada em conta a solução adotada em relação à dívida interna, da qual o governo pagou à vista apenas 20% das aplicações, retendo os 80% restantes para serem pagos depois de 18 meses. “O caminho para a solução da dívida externa é o que foi feito internamente. No mínimo se fará algo equivalente”, garantiu um dos mais próximos auxiliares da ministra da Economia.

A ministra deu uma pista de que se prepara um plano de impacto, durante o debate com deputados na Comissão de Finanças da Câmara, há duas semanas. Diante da acusação da oposição de que os credores internos teriam sido muito mais sacrificados do que os credores externos, ela pediu que as críticas fossem suspensas até que se conhecesse a proposta do governo aos banqueiros internacionais. “Faremos uma renegociação que em nenhum momento será prejudicial ao nosso objetivo de crescimento e estabilidade da economia”, garantiu Zélia.

## Nomes indicam que solução será ousada

A equipe que prepara o plano para a dívida externa tem dois integrantes que se destacaram pela defesa de soluções arrojadas para a questão. Um é o economista Carlos Eduardo de Freitas, diretor da Área Externa quando Dilson Funaro era o ministro da Fazenda e pai da idéia da descentralização da renegociação da dívida. O outro é a professora Maria Silvia Bastos Marques, co-autora de um trabalho de críticas às conversões de dívida externa em investimentos.

Carlos Eduardo de Freitas foi marginalizado no Banco Central no final do governo José Sarney porque pertencera à equipe do Plano Cruzado, onde tinha como companheira a atual ministra Zélia Cardoso de Mello. Ele se juntou recentemente à equipe de Zélia,

como assessor especial para assuntos da dívida externa. Maria Silvia, que tem apenas 33 anos, é a titular da Coordenadoria da Área Externa do Ministério da Economia, para onde levou dois outros professores da PUC do Rio especializados em dívida externa. Além de dar aulas da PUC, Maria Silvia trabalhava no Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas.

A incorporação do economista Carlos Eduardo de Freitas ao time da dívida externa é uma clara indicação da disposição da ministra Zélia Cardoso de Mello de recorrer a alternativas mais ousadas na área externa. Partiu de Carlos Eduardo de Freitas a formulação das idéias iniciais que resultaram na

proposta de retirada dos avais da União dos empréstimos da dívida externa, que se transformou numa das bandeiras de campanha do presidente Fernando Collor. Em função das críticas feitas por diversos economistas, a proposta foi revista e atualmente figura apenas como uma das opções a que o governo poderá recorrer.

As posições de Maria Silvia Bastos Marques certamente influenciarão na definição do governo em relação às controvertidas propostas de conversão da dívida em investimentos. Ela é uma ferrenha adversária da maioria dos esquemas de conversão de dívidas permitidos durante algum tempo pelo governo passado, por causa do impacto inflacionário das contrapartidas em cruzeiros que exigiria. (T.B.)